PRESIDÊNCIA
PORTARIA-CONJUNTA
Nº 209/2011

Altera dispositivos da Portaria-Conjunta nº 133, de 2008, que dispõe sobre o estágio na Secretaria do Tribunal de Justiça e na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE E O SEGUNDO VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 11, inciso I, e o art. 15, inciso III, da Resolução nº 420, de 1º de agosto de 2003, que contém o Regimento Interno do Tribunal,

CONSIDERANDO que a Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, não impõe a celebração de convênio entre o ente público e a instituição de ensino superior, como requisito para a admissão de estagiário;

CONSIDERANDO que alguns dispositivos da Portaria-Conjunta nº 133, de 18 de dezembro de 2008, fazem referência a convênio firmado pelo Tribunal de Justiça e entidade de ensino superior;

CONSIDERANDO, também, o teor da Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal de Federal;

CONSIDERANDO, ainda, o que determina a Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do CNJ, e as decisões tomadas por esse órgão nos Pedidos de Providências nº 961 e nº 1467;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de aumentar o número de vagas de estágio remunerado, a ser exercido nos órgãos da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância,

RESOLVEM:

Art. 1º Ficam acrescentados ao art. 8º da Portaria-Conjunta nº 133, de 18 de dezembro de 2008, o seguinte inciso IV e §1º:

Art. 8º [...]

IV - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado de mesma instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento da Secretaria do Tribunal de Justiça ou da Justiça de Primeiro Grau.

§1º Não se aplica a vedação prevista no inciso IV deste artigo se a admissão de estagiários parentes de magistrados ou servidores for precedida de processo seletivo, convocado mediante edital público e que contenha pelo menos uma prova escrita não identificada, que assegure aplicação do princípio da isonomia."

Art. 2º O parágrafo único do art. 8º da Portaria-Conjunta nº 133, de 2008, fica renumerado como §2º e passa a vigor com a seguinte redação:

``Art. 8º [...]

[...]

§ 2º O estudante, antes de firmar o Termo de Compromisso de que trata o art. 13 desta Portaria-Conjunta, deverá declarar que não possui qualquer dos vínculos mencionados no `caput' deste artigo."

Art. 3º O `caput' e o § 3º do art. 13 da Portaria-Conjunta nº 133, de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

``Art. 13. A admissão do estagiário far-se-á por meio do Termo de Compromisso celebrado entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino, dele devendo constar, obrigatoriamente:

[...]

§3º O Plano de Estágio será parte integrante do Termo de Compromisso e deverá ser assinado pelo supervisor do estágio, pelo estagiário e por representante da instituição de ensino."

Art. 4º Fica acrescentado ao art. 14 da Portaria-Conjunta nº 133, de 2008, o seguinte inciso VII:

``Art. 14. [...]

VII - declaração do estudante de que não possui qualquer dos vínculos mencionados no art. 8º dessa Portaria-Conjunta.

[..]."

Art. 5º O inciso III do art. 31 da Portaria-Conjunta nº 133, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

``Art. 31. [...]

III - pela conclusão, interrupção ou abandono do curso na instituição de ensino;

[...]."

Art. 6º O Anexo I da Portaria-Conjunta nº 133, de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo único desta Portaria-Conjunta.

Art. 7º Esta Portaria-Conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o inciso VI do art. 13 da Portaria-Conjunta nº 133, de 2008.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2011.

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, Segundo Vice-Presidente e Superintendente da EJEF

Favor consultar o Anexo Único (a que se refere o art. 6º da Portaria -Conjunta nº 209/2011) e

Anexo I (a que se refere o art. 9 da Portaria-Conjunta nº 133 de 2008)